



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Taiana, 46 anos, e sua sobrinha Julia, com 8 anos de idade, foram a um show infantil na cidade utilizando meio de transporte urbano. Na volta, por volta das 22 horas, na saída da estação do metrô, as duas vítimas foram abordadas por João. O agente, valendo-se de grave ameaça com uma faca de cozinha, pegou a criança como refém, colocando o instrumento cortante no pescoço da menina. O que João não sabia era que Taiana estava armada com um revólver calibre 32, de uso permitido, tendo porte regular de arma de fogo e, para salvar a vida de Julia, desferiu um tiro na cabeça de João e ele morreu no local. Populares presenciaram os fatos e acionaram a polícia. Taiana foi presa em flagrante pelo homicídio de João. A arma foi apreendida, periciada e o laudo constatou ser a arma apta para disparos. Taiana confessou ter atirado para salvar a vida de sua sobrinha, porém, a delegada lavrou o auto de prisão em flagrante e, portariormente, instaurou o inquérito policial. Após 2 anos de investigação, o Ministério Público ofereceu denúncia por homicídio qualificado pelo emprego de arma de fogo (art. 121, § 2º, VIII, do Código Penal). A denúncia foi recebida em 25 de janeiro de 2024 e a ré foi citada regularmente. Em sua resposta à acusação, infrutífera, além das teses defensivas, a ré informou mudança de endereço, requerendo as intimações em seu novo endereço residencial. Por distração do cartorário, a intimação para a audiência de instrução e julgamento foi direcionada para o endereço antigo e a ré acabou não sendo intimada. No dia da audiência, sob os protestos da defesa pela não intimação de sua cliente, o Juízo da 1ª Vara do Júri da Comarca de São Paulo/SP negou o adiamento e iniciou os trabalhos. As testemunhas foram ouvidas e nova data foi designada para a audiência em continuação, exclusivamente para interrogar a ré. Na data especificada, a ré se valeu do direito ao silêncio e a instrução foi encerrada. Em sua manifestação derradeira, o Ministério Público requerer a confirmação da imputação feita na denúncia, o que acabou sendo confirmado pelo juiz, pronunciando a ré. O magistrado enalteceu o trabalho da defesa, dizendo que estava, inclusive, em dúvida sobre a existência do crime, mas por força do princípio do “in dubio pro societate”, era obrigado a pronunciar Taiana e submeter o resultado do processo ao futuro veredicto dos jurados. Por ter o seu pedido atendido, o Ministério Público não recorreu. Você, advogado(a) de Taiana, foi intimado da decisão de pronúncia no dia 10 de setembro de 2025 (quarta-feira). Considerando apenas as informações expostas, na condição de advogado(a) de Taiana, apresente a peça jurídica cabível, diferente de habeas corpus e embargos de declaração, apresentando todas as teses jurídicas de direito material e direito processual cabíveis. A peça deverá ser datada no último dia do prazo, considerando que de segunda a sexta-feira são dias úteis em todo o país. (Valor: 5,00).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

O Tribunal de Justiça do Estado do Campo Belo, ao julgar um recurso de apelação criminal, negou provimento ao recurso e manteve o regime inicial fechado para Sergio, réu primário de bons antecedentes, condenado pelo crime de lesão corporal leve a uma pena privativa de liberdade de 3 meses de detenção. A respeito dessa situação, responda:

- A) Qual deveria ter sido o regime inicial de cumprimento de pena fixado para a pena de 3 meses de detenção? Justifique e fundamente.
- B) Caso a defesa discorde da decisão do Tribunal de Justiça, cabe algum recurso? Fundamente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Michel atua como analista concursado no Ministério Público. Tem como atribuição receber as encomendas enviadas ao promotores de justiça da comarca e encaminhá-las aos respectivos gabinetes. Em determinada ocasião, Michel recebeu uma caixa de chocolates artesanais para ser entregue a uma promotora de justiça, porém, decidiu de forma criminoso se apropriar dos chocolates. Michel se ocultou no almoxarifado e comeu todos os chocolates, sendo flagrado saindo do local com a caixa e, após ser pressionado, confessou seus atos. Os chocolates foram avaliados pelo polícia em 58 reais. O delegado indiciou Michel pelo crime de peculado-apropriação: Peculato. Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa. A respeito dessa situação, responda:

- A) Poderá a defesa de Michel utilizar a tese da atipicidade material pela insignificância? Justifique. (0,60)
- B) Preenchidos os requisitos legais, qual benefício processual será cabível no caso concreto? Fundamente e justifique (0,65).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Vitor ganhou de presente de aniversário dos seus 18 anos um carro esportivo. Logo na estreia do presente, reuniu com Júnior, seu melhor amigo, e foram dar uma volta. Incentivado por Júnior para testar a velocidade do carro, dirigiu um alta velocidade e, infelizmente, acabou atropelando uma pessoa em cima da calçada, após perder o controle da direção em decorrência de sua inexperiência e de sua imprudência como motorista.

A respeito dos acontecimentos narrados, responda:

A) Qual crime praticou Vitor? Justifique e fundamente. (Valor: 0,65)

B) Cabe para o delito acima imputado o ANPP? Justifique e fundamente. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

O promotor do Júri da Comarca de Belém, diante do excelente desempenho do advogado de defesa nas argumentações orais diante dos jurados, decidiu improvisar. No momento em que o advogado do réu disse que seu cliente iria ficar em silêncio, o promotor se voltou aos jurados e gritou: “QUEM CALA, CONSENTE”. A defesa, inconformada, avisou o juiz presidente que iria tomar providências contra aquela afirmação, pois tal fala levaria os jurados a julgarem mal o acusado por exercer o seu direito constitucional ao silêncio. A respeito da situação narrada, responda aos itens a seguir:

- A) Poderia o representante do *Parquet* fazer a afirmação indicada acima? Fundamente a sua resposta.
- B) Poderia o acusado ficar em silêncio perante os jurados? Fundamente e justifique sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

